

Fracassam negociações parlamentaristas-Governo

Quércia faz nova defesa do Presidente

Mandato de cinco anos para o presidente Sarney e manutenção do sistema presidencialista. As duas teses foram defendidas ontem pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia, depois de almoçar com o presidente da República no Palácio da Alvorada. Quércia acredita que a crise política decorre do processo de elaboração da nova Constituição mas, votada a Carta, o País retomará a tranquilidade.

"O que nós queremos afirmar ao governador — é que logo depois de promulgada a Constituição haja um período de tranquilidade, porque se nós sairmos desse período de tranqüilidade para um período de passionalidade, que é o período eleitoral, não teremos condições de colaborar no sentido de se resolver esses problemas da economia e de investimentos na área social. Então, nós precisamos de um ano para ter paz para poder trabalhar".

O governador paulista negou ser candidato à Presidência da República, afirmando que esta questão "não está na pauta informando ainda que na reunião dos governadores realizada no último domingo no Rio de Janeiro, "não houve consenso" quanto à melhor época para ser realizada a eleição presidencial.

Pressão

Quércia, indagado sobre sua disposição em negociar junto à bancada paulista pelo mandato de cinco anos afirmou que não veio a Brasília para pressionar. "Não tenho intenção — afirmou — em fazer pressão no sentido dos cinco anos. Acho que já existe uma definição dos parlamentares, dos nossos companheiros de São Paulo. Alguns vão votar pelos cinco anos, outros pelos quatro. De qualquer forma, a informação que se tem é a de que há uma preponderância dos que pensam ser ideal o mandato de cinco anos".

Adiante, o governador Quércia retomou a questão de pressões sobre a bancada, afirmando que a pressão "no sentido de convencimento é legítima, porque se andarmos nos corredores do Congresso, vamos ver centenas de pessoas pressionando cada um em favor de seu segmento. Isso é democrático. A democracia significa decidir conduzindo pressões dos segmentos sociais. Então, os governadores podem também, de certa forma argumentar com os parlamentares. Não é exigência. Nunca tive esse tipo de ação".

Governador lançado para a Presidência

Apesar das afirmações de Orestes Quércia, favoráveis aos cinco anos de mandato para Sarney, o nome do governador paulista foi lançado, ontem, no Rio de Janeiro, pelo governador fluminense, Moreira Franco, do PMDB, a sucessão de Sarney. No último dia 8, Quércia, Franco e os governadores Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE) e Pedro Simon, (RS) todos do PMDB, estiveram reunidos no Rio. Na oportunidade, após discutirem a situação geral do País, todos se manifestaram em defesa da Assembleia Nacional Constituinte, o que foi entendido, em Brasília, como condenação expressa a qualquer manobra de desestabilização do regime. Além disso, no tocante ao problema sucessório — que os governadores do PMDB receiam venha a precipitar-se — ficou resolvido, em princípio, o lançamento de uma candidatura de um chefe do executivo estadual, eleito no pleito de 15 de novembro de 1986. O nome considerado mais forte, devido ao peso específico do eleitorado de São Paulo — cerca de 20 milhões de eleitores, no próximo ano — foi o de Quércia.

Apesar dos indícios sobre a disposição de Quércia de concorrer à Presidência, caso as eleições se realizem em 88, os parlamentares quercistas insistem em dizer que o governador não embarcava nessa aventura. Para tanto, lembram que Quércia precisaria afastar-se do governo de São Paulo até o dia 15 de maio de 88. Nesse caso, pelo texto constitucional que está sendo aprovado, o vice-governador paulista, Almino Afonso, ficaria no governo estadual em caráter provisório, até a eleição de novo governador, já que Quércia não terá cumprido, em meados do próximo ano, sequer a metade de seu mandato.

Em Brasília, no entanto, é quase unânime o pensamento de que Almino, para ajudar Quércia, na arrancada pela presidência, aceite ficar provisoriamente no governo de São Paulo, apoiando a candidatura do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, a governador do Estado.

Quércia conta ainda com uma vantagem adicional tendo lutado pela preservação do mandato de cinco anos do atual Presidente, sua candidatura não poderá ser hostilizada por Sarney, em 88.

Mesmo que ocorra a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney, na Comissão de Sistematização, esse prazo deverá ser reduzido a quatro no plenário da Constituinte. Partidos como o PDT e o PT, presidencialistas, serão ajudados, pelos parlamentaristas, na redução do mandato de Sarney.



A reunião com Costa Couto, no gabinete de Fernando Henrique, foi considerada "improdutiva"

Declarações de cautela revelam equilíbrio entre os dois lados

Até ontem, as propostas de fixar o mandato do presidente José Sarney em quatro ou cinco anos estavam empatadas na Comissão de Sistematização, que vota emenda sobre o assunto amanhã. O reflexo do equilíbrio era evidenciado nas declarações cautelosas de governistas e opositoristas.

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), sempre otimista, mostrava-se, ontem, equilibrado: Há uma definição pelos cinco anos, mas não é uma definição que me permita ir para casa e voltar aqui somente para a votação porque a situação é movida.

Com isso, o deputado queria se referir às constantes mudanças de opinião de diversos membros da Comissão ora favoráveis a um mandato de quatro anos, ora pelos cinco anos. Carlos Sant'Anna também estava preocupado com possíveis acidentes de percurso com as declarações do porta-voz da Presidência, Frota Neto, na quinta-feira passada, afirmando que o presidente Sarney iria considerar como seus inimigos aqueles que votassem contra sua orientação.

Ainda mais comedido do que o líder do Governo, o subchefe de Assuntos Legislativos da Presidência, Henrique Hargreaves, contabilizava apenas 37 votos fechados a favor da tese dos cinco

anos. Pelas contas do Palácio do Planalto, a oposição está bem próxima, com 35 votos. Sobram, portanto, 21 votos "flutuantes" para completar os 93 sufrágios da Comissão de Sistematização.

Os cálculos dos parlamentaristas que defendem eleições para Presidente da República, no próximo ano, também não são muito diferentes. O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que engrossa o coro dos quatro anos, prevê uma votação apertadíssima que será decidida por apenas dois votos tanto para um como para o outro lado.

Parlamentaristas

Na busca dos 47 votos necessários para aprovar os cinco anos para Sarney, Carlos Sant'Anna tem que negociar um acordo com os parlamentaristas, tarefa pouco tranqüila para o deputado. As negociações têm que se desenvolver em separado porque existem três grupos parlamentaristas na Constituinte: a corrente liderada pelos deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Bonifácio Andradra (PDS-MG); a ala dos senadores José Richa (PMDB-PR) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e os anti-sarneyistas como os deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e Fernando Lyra

(PMDB-PE), estes contra qualquer tipo de acordo com o Governo.

O grupo de Cid Sampaio e Bonifácio Andradra é o que demonstra maiores sinais de entendimento. Mas eles temem que qualquer que seja a decisão na Comissão de Sistematização sobre o mandato do Presidente, os parlamentaristas sairão prejudicados.

Na ala de José Richa e Fernando Henrique Cardoso, a negociação é mais complicada. Primeiro porque Richa está atritado com Sarney em virtude da troca de Deni Schwartz pelo deputado Borges da Silveira na equipe de Governo. Estrategicamente, o grupo só admite um acordo global. Assim, em troca dos votos pro-cinco anos na Comissão, o Governo se comprometeria a votar no parlamentarismo, em plenário, o que não interessa ao Presidente.

O Governo ainda está às voltas com os defensores de eleições gerais em 1988 como é o caso dos deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Diante deste quadro, Carlos Sant'Anna ainda reclamava dos "viracascas" que em dado momento eram pelos cinco anos e logo em seguida se diziam favoráveis a um mandato de quatro anos.

Planalto acredita ganhar por 6 votos

Uma pequena diferença, de no máximo seis votos, em favor do mandato de cinco anos. Esta é a expectativa do Governo sobre o resultado da votação de amanhã na Comissão de Sistematização. Embora confie no resultado favorável, o presidente José Sarney continua com as articulações junto aos líderes políticos para garantir a vitória, sem problemas.

Até o início da noite de ontem, os principais assessores do Presidente da República dedicavam tempo integral às negociações junto aos constituintes que integram a Comissão de Sistematização. O próprio Presidente passou o dia de ontem em função das articulações. Embora tenha o hábito de sair mais cedo às sextas-feiras, ontem ele permaneceu no Palácio do Planalto até as 20h00.

Sarney, nos últimos dias, reduziu o número de audiências externas. Quinta-feira, a agenda só continha dois despachos externos e ontem, nenhum. Extra-agenda entretanto, o Presidente vem se reunindo com o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e com integrantes do "Centrão", entre eles o deputado Roberto Cardoso Alves.

Presença quase obrigatória em todas estas reuniões é Roseana Sarney, além do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. Roseana participa das negociações para garantir o mandato de cinco anos para Sarney e ontem, ela passou o dia mantendo contatos fora do Palácio do Planalto. Ao contrário das informações do deputado João Herrmann (PMDB-SP), Roseana apoia o mandato de cinco anos. "Estamos fechados com o Presidente", disse ela no início da semana, desmentindo os boatos que afirmavam ser ela favorável a quatro anos.

Afastada de Brasília desde junho, Roseana Sarney retornou ao Palácio do Planalto há uma semana, para trabalhar ao lado do pai. Durante a campanha da Aliança Democrática, ela era capaz de identificar cada um dos 698 eleitores do Colégio Eleitoral. Com relação a Comissão de Sistematização, Roseana tem hoje condições de citar quantos votos o Governo terá no plenário. O trabalho vai se intensificar hoje, até amanhã, quando começa a votação. Mesmo com a segurança de quem conhece a tendência dos parlamentaristas, Roseana prefere não apostar, porque entende que em política as posições mudam a cada hora.

Fracassou a tentativa de negociações parlamentaristas de reabrir negociações com o presidente José Sarney em torno do sistema de Governo, a partir de uma reunião com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, realizada ontem de manhã, no gabinete do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP). Um acordo poderia abrir caminho para a aprovação do mandato de cinco anos, mas Costa Couto reafirmou que o presidente Sarney continua sustentando o presidencialismo.



Diante do resultado da reunião, classificada como "inócua" pelo deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), ganhou força a tese do senador José Richa (PMDB-PR), de aprovar o mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização como forma de forçar o presidente Sarney a negociar o sistema de Governo no plenário. No final da reunião, Richa dirigiu-se a Costa Couto e explicou a sua posição: "Defendo os quatro anos por uma questão estratégica. Assim, podemos negociar depois. Não tenho nada pessoal contra o Presidente".

Também participaram do encontro o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e os deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Antônio Brito (PMDB-RS), Artur da Távola (PMDB-RJ), Mário Lima (PMDB-BA) e Virgíldio de Sena (PMDB-BA) — o articulador da reunião. Eles colocaram para o ministro que o parlamentarismo é a melhor alternativa para enfrentar a crise política e econômica que vive o País. Assim, defenderam a implantação desse sistema de governo a partir de março de 88.

Definido isto, a questão do mandato do presidente Sarney ficaria para um segundo plano, podendo o grupo parlamentarista apoiar os cinco anos. Apenas o senador Fernando Henrique Cardoso demonstrou pessimismo em relação à possibilidade de um acordo. "Não acredito mais em acordo com Sarney. Além disso, estes acordos não são cumpridos" — afirmou Fernando Henrique, dirigindo-se ao ministro Costa Couto.

No PFL, 18 votam nos 5 anos

Dos 24 votos efetivos do PFL na Comissão de Sistematização, há 18 definidos em favor dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney, um a favor de seis, com parlamentarismo, um em fase de definição, um completamente indefinido e apenas três a favor do mandato de quatro anos. Essa maioria a favor dos cinco anos resulta basicamente da ação do líder na Constituinte, José Lourenço, e do próprio presidente José Sarney, que telefonou a vários integrantes da Comissão. O presidente do PFL, senador Marco Maciel, que estaria a favor dos quatro anos, não tem exercido nenhuma influência sobre os constituintes.

Esse balanço estaria ainda sujeito a mudanças em função de várias articulações, uma das quais envolvendo o deputado mineiro Mário Assad, parlamentarista e a favor dos cinco anos, mas que poderia refluir para o mandato de quatro. O deputado mineiro Oscar Corrêa é o voto "em fase de definição". Ainda ontem ele dizia que estava "pensando", mas deverá engrossar, segundo avaliações que são feitas no próprio PFL, a fileira dos que votam pelos cinco anos. O maior mistério fica reservado pelo paulista Mendes Thame: ele diz que sua única definição até agora é a favor das eleições diretas no ano que vem. Já a deputada Sandra Cavalcanti (RJ), que defende a mesma emenda de eleições gerais, parece pouco convencida do êxito da proposta e se define a favor do mandato de seis anos caso vigore o parlamentarismo.

Sarney volta a atacar críticos "pessimistas"

O presidente Sarney voltou a atacar aqueles que qualifica como "pessimistas", ontem, durante o seu programa semanal "Conversa ao pé do Rádio". Citando um jornalista que acompanhava o presidente Roosevelt, disse: "Mesmo que um navio esteja afundando, você não fique gritando que o navio está afundando, procure o caminho da saída, onde você pode se salvar".

Segundo afirmou o presidente Sarney, muitas vezes se exagera ao avaliar as dificuldades que o País atravessa. "Uns vão mais longe e dizem que o Brasil está destinado a não ter grandes soluções", disse, acrescentando que aqueles que

Só ouviu O deputado Chico Pinto deixou a reunião desanimado, comentando que as negociações não tinham evoluído: "O incrível é que o ministro não tem propostas. Ele apenas ouviu nossos argumentos, lembrando que não estava credenciado para negociar. Foi uma conversa na frente do espelho. Quando falou, ele apenas repetiu os velhos argumentos em favor do presidencialismo, como inexistência de partidos fortes, burocracia despreparada etc."

Para Chico Pinto, a reunião foi menos produtiva do que aquela realizada na quarta-feira, com o líder do governo, Carlos Sant'Anna: "Pelo menos, o Sant'Anna disse que tinha carta branca para negociar na Sistematização, excluindo apenas o plenário, onde vai lutar pelo presidencialismo. O ministro não pode negociar nem na Sistematização".

Já o deputado Artur da Távola encarou a reunião como a abertura de um caminho para futuras negociações com o presidente Sarney. Ele lembrou que o entendimento vinha sendo dificultado por declarações agressivas por parte do Palácio do Planalto, inclusive do próprio Presidente. A reunião com Costa Couto foi um primeiro passo para um acordo, embora não tenha sido conclusiva, analisou Távola.

Consciência

Após a reunião, o ministro Costa Couto realmente procurou apurar as arestas entre o presidente Sarney e a Constituinte, afirmando: "O Governo tem consciência de que a Constituinte é soberana, e cada um vai decidir de acordo com a sua consciência."

Costa Couto lembrou, porém, que "o Presidente também tem o direito de expor a sua posição". Em seguida, reafirmou a posição em favor do presidencialismo, com cinco anos de mandato, e apresentou os argumentos do presidente Sarney:

"Em 88, teremos um ano legislativo cheio, com a reformulação da legislação ordinária, elaboração da legislação complementar e das constituições estaduais. Além disso, os cinco anos permitiriam um melhor encaminhamento das questões na área externa."

Costa Couto não pediu votos aos parlamentaristas, mas apresentou esses mesmos argumentos em favor do mandato de cinco anos durante a reunião.

Telefones

O líder José Lourenço tem exercido ação enérgica para assegurar o mandato de cinco anos e conta até com o apoio de "auxiliares", como Inocêncio Oliveira (PE), Luis Eduardo (BA) e Eraldo Tinoco (BA), que argumentam junto aos outros parlamentares com a necessidade de fortalecer o Governo para não provocar "nenhum retrocesso" no País. O próprio presidente Sarney tomou a iniciativa de telefonar pessoalmente a vários parlamentares, como José Thomaz Nonô (AL) e José Jorge (PE), enquanto o senador Marco Maciel não tem exercido a ação política que alguns defensores do mandato de quatro anos esperavam dele. Maciel estaria pouco convencido da eficácia de sua ação.

Até ontem, a situação no PFL era a seguinte: a favor do mandato de cinco anos, Aloysio Chaves (PA), Arnaldo Prieto (RS), Christóvam Chiaradia (MG), Gilson Machado (PE), que substituiu Edme Tavares, em viagem; Eraldo Tinoco (BA), Francisco Benjamim (BA), Inocêncio Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Lins (CE), José Santana (MG), José Thomaz Nonô (AL), Luis Eduardo (BA), Mário Assad (MG), Osvaldo Coelho (PE), Paulo Pimentel (PR) e Ricardo Fiuza (PE). A favor de quatro anos: Alceni Guerra (RJ), Francisco Dornelles (RJ) e o senador Carlos Chiarelli (RS). O senador Marcondes Gadelha (PB), que vai viajar, será substituído por um suplente a ser escolhido pelo líder José Lourenço, que defende os cinco anos.

Irmão recomenda a renúncia

São Luís — "A vingança de redução do mandato do atual presidente para quatro anos, como seu irmão e como nordestino, confio em que o presidente José Sarney terá a grandeza cívica de logo na próxima segunda-feira, encaminhar ao Congresso Nacional a sua irrevogável renúncia, pois, como sempre diz e proclama acertadamente, a Presidência para ele não é uma festa e sim o peso da responsabilidade que o cargo impõe". Este é um dos principais trechos de uma "entrevista" distribuída ontem pelo irmão mais

velho do presidente José Sarney, Evandro Sarney, escritor e aposentado do Tribunal de Contas.

Segundo ele, o presidente José Sarney tem cumprido todos os compromissos com a Nação, com a transição democrática e com os partidos políticos, sobretudo com o PMDB.

Segundo ele, as Forças Armadas sempre cumprem o seu dever perante a Nação em defesa de sua soberania e de sua ordem interna e externa.